



IMPACTO DA COVID-19 NO MUNDO DO TRABALHO DE MULHERES EM GOIÁS

Carmem Lúcia Costa ¹
Maria Carolina Ferreira Tosta ²
Josiane Cristina Souza Farias ³

RESUMO

O presente artigo trata do impacto da Covid-19 no mercado de trabalho de mulheres em Goiás, articulando os dados com a situação geral do país durante a pandemia que agravou a crise sanitária, econômica, política e humanitária no Brasil, alcançando em especial as mulheres negras trabalhadoras. Os impactos puderam ser observados desde a perda de empregos até o acúmulo de funções no espaço privado para as mulheres que conseguiram manter seus postos de trabalho durante a pandemia. A pesquisa foi realizada com base em um levantamento bibliográfico em autores/as como Boaventura Santos, Davis, Silva, Saffioti, Costa, entre outros/as para fundamentar teoricamente a discussão sobre trabalho, gênero e pandemia. A pesquisa também realizou um levantamento de dados em fontes secundárias como IBGE, IPEA, PNAD, PNAD/Covid e outras para obter informações sobre o impacto da pandemia nos setores da economia em Goiás e no Brasil, com recorte nos setores com maior ocupação de mulheres. A partir dos dados produziu-se a análise que aponta para o impacto profundo no mundo do trabalho de mulheres no Brasil e em Goiás, elementos que sustentam a tese do avanço da feminização da pobreza no país nos últimos anos, agora agravada pela pandemia e pelo momento de pós pandemia.

Palavras-chave: Pandemia; Mulheres; Mercado de Trabalho.

This article deals with the impact of Covid-19 on the labor market for women in Goiás, articulating the data with the general situation in the country during the pandemic that aggravated the sanitary, economic, political and humanitarian crisis in Brazil, affecting women in particular, black workers. The impacts could be observed from the loss of jobs to the accumulation of functions in the private space for women who managed to keep their jobs during the pandemic. The research was carried out based on a bibliographic survey of authors such as Boaventura Santos, Davis, Silva, Saffioti, Costa and others, to theoretically support the discussion on work, gender and the pandemic. The research also carried out a survey of data from secondary sources such as IBGE, IPEA, PNAD, PNAD/Covid and others to obtain information on the impact of the pandemic on economic sectors in Goiás and Brazil, with a focus on sectors with the highest occupation of women. From the data, an analysis was produced that points to the profound impact on the world of women's work in Brazil and Goiás, elements that support the thesis of the advance of the feminization of poverty in the country in recent years, now aggravated by the pandemic and by the post pandemic moment.

¹ Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão - GO, clcgeo@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Catalão - GO, carolpdr98@gmail.com;

³ Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Catalão - GO, josianecristina94@yahoo.com.br.

Os dados que compõem este trabalho fazem parte de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida na Universidade Federal de Catalão – UFCAT e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / UFCAT.

Alguns destes dados já foram divulgados em outra produção acadêmica.



Mots-clés: Keywords: Pandemic; Women; work.

INTRODUÇÃO

Desde o início de 2020 vivemos na maior crise sanitária mundial ocorrida no século XXI, em decorrência da propagação do novo Corona Vírus (SARS-CoV-2) – causador da Covid-19, doença que até o momento matou mais de 500 mil brasileiros, e como as medidas de contenção da propagação do vírus contam com isolamento e distanciamento social, deixou outros milhares sem renda alguma. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as taxas de desemprego no Brasil bateram recorde (14,7%) no primeiro trimestre de 2021, contabilizando 14,8 milhões de pessoas sem emprego. Deste quantitativo, 17,9% são de mulheres, e por recorte de cor e classe social a maioria se autodeclara preta/parda e são oriundas das camadas mais pobres (PNAD, 2021; SILVEIRA; FONTANA, 2021).

Em consonância com tais informações a Organização Pan-Americana da Saúde (2020, p. 1), confirma que “pandemias e surtos afetam mulheres e homens de forma diferente. Do risco de exposição e suscetibilidade biológica à infecção às implicações sociais e econômicas, as vivências dos indivíduos provavelmente variam de acordo com suas características biológicas e de gênero, além de sua interação com outros determinantes sociais”. Tendo em vista tais afirmações, se faz necessário pensar e refletir sobre os motivos que levam as mulheres ainda se encontrarem em extrema desigualdade com os homens. Para discorrer sobre tal assunto se faz necessário problematizar e colocar como pauta a discussão sobre o conceito de gênero. Para Saffioti (2011, p. 45)

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresenta muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica [...] Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc.

Em nosso trabalho utilizaremos da conceituação que define gênero como sendo uma categoria histórica e social, que regula os papéis sociais, dentre estes as concepções de ser



mulher e homem, que são pré estabelecidos por determinada sociedade, assim como também deliberam sobre as condutas corretas a se ter perante as relações sociais. Outrossim, por recorrermos a um modo de se analisar os fenômenos sociais de maneira interseccional, também problematizamos a questão do racismo estrutural, que para Almeida (2018, p. 38) em nossa sociedade é “uma regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ‘ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legada pela tradição’”, com isto se demonstra que “o capitalismo está fundamentalmente ligado ao patriarcado e ao racismo — não como legado, mas como necessidade” (BARROSO, 2018, p. 446). De fato, o sistema econômico capitalista neoliberal se mantém e sustenta-se por meio da promoção de desigualdades, contudo, estas em sua maioria são muitas vezes falseadas e maquiadas por discursos que pregam uma falsa igualdade e democracia – social, racial e de gênero.

Dessa maneira, historicamente foi determinado pelas mais diversas instancias sociais que as mulheres por suas condições físicas e biológicas, relacionadas, portanto, ao seu gênero, deveriam se alocarem em locais inferiores aos homens, assim como permanecerem reclusas ao ambiente privado, ou seja, no ambiente doméstico. Sendo assim, ainda atualmente devido as desigualdades que foram se perpetuando, mesmo o feminino tendo ocupado em maior grau o espaço público, se inserindo nos mais diversos espaços para a venda de sua força de trabalho, estes locais muitas vezes ainda estão condicionados à esfera doméstica, a maternidade, assim como também funções relacionadas ao cuidado. Não à toa, Boaventura Santos (2020), afirma que as mulheres exercem o precário e sofrido papel de “cuidadoras do mundo”.

Dessa forma, os resultados que aqui serão divulgados partem dos achados em pesquisa realizada entre meados de agosto de 2020 a agosto de 2021, a qual procurou demonstrar “O impacto da Covid-19 no mundo do trabalho de mulheres em Goiás”. Em sua elaboração foram analisados dados do Brasil como um todo, que foram posteriormente emparelhados com achados em específico do estado de Goiás. Será apresentado o quadro encontrado, realizando a todo instante apontamentos críticos com base nas desigualdades entre os gêneros no mercado de trabalho, que foi sobressaltada com a eclosão da pandemia mundial, pois tais dados confirmam a hipótese inicial de que mesmo atingindo certos setores trabalhistas, as mulheres ainda tem tratamento desigual e ocupam cargos mais desvalorizados. Ademais, também estão em maior número presentes na informalidade já que também constituem grande parte da população brasileira que está desempregada, o que contribui para o fato de que em momentos de crise sofram com seus efeitos secundários, ou seja, com o abalo no sistema socioeconômico (Pimenta et al, 2021).



Concluimos nosso trabalho evidenciando que a inculcação de papéis sociais especificados conforme o gênero, classe e raça, faz com que as mulheres tendo em vista a posição que ocupam na hierarquia social - fato que está intimamente ligado também a sua raça - permaneçam em enorme desvantagem em relação aos homens, sendo impactadas de forma diferenciada, ou ainda, sendo moídas pela máquina neoliberal que produz o fenômeno da feminização da pobreza, de forma ainda mais exacerbada com o advento da pandemia e da crise econômica mundial (COSTA, 2021). Destarte, também apontamos para o fato de que a problemática aqui apresentada não é de tão fácil solução e somente com muita pesquisa crítica e humanizada, se poderá ter uma maior compreensão e contribuir para a fomentação de políticas públicas igualitárias e preocupadas com as mulheres.

METODOLOGIA

Para haver melhor entendimento sobre o assunto e por considerarmos que os percursos históricos trilhados pela humanidade influem no modo como perpetuamos nossas estruturas e sistemas, em um momento inicial caracterizamos a pandemia de Covid-19, elencando suas origens e impactos, principalmente dentro do contexto brasileiro. Posteriormente, através da revisão de literatura, realizamos um breve percurso histórico sobre os papéis sociais das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, para assim, melhor fundamentar e discorrer sobre as mulheres e o trabalho em tempos pandêmicos, fazendo uma discussão baseada em informações obtidas de uma pesquisa mais ampla de Iniciação Científica, onde foram analisados dados gerais do Brasil como um todo, que foram *a posteriori* emparelhados com informações em específico do estado de Goiás.

Não menos importante também analisamos as configurações do sistema econômico vigente atualmente, que se apresenta por meio do capitalismo com caráter neoliberal, que para se perpetuar se beneficia do patriarcalismo, do racismo e do colonialismo, atuando de modo que o tratamento dado ao feminino ainda seja desigual. Tais dissemelhanças se sobressaltam ainda mais se considerarmos as interseccionalidades entre classe, raça e gênero. Ademais, em momentos de crise tais populações, que acabam não sendo totalmente assistidas por seus governantes tendem a perderem seus direitos conquistados a duras penas, quando também correm o risco de terem suas vidas ceifadas seja pela fome ou por doenças letais como a Covid-19.



Para além dos estudos teóricos necessários para melhor representar as condições das mulheres, realizamos o levantamento de dados estatísticos que se deu por vias digitais como o *site* do IBGE, PNAD COVID19, IPEA PNAD, Ministério da Economia e Estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021). Outrossim, complementou-se as investigações com informações relevantes de fontes seguras de disseminação de notícias, como: G1, Globo, UOL, dentre diversos outros. A procura por tais dados, em locais que tendem a dar relatos fidedignos e com maior probabilidade de condizerem com a realidade da população do país, foi de extrema relevância para melhor embasamento dos resultados encontrados e entrelaçamento com as bases teóricas estudadas. O estudo, portanto, se baseia em uma análise quantitativa e qualitativa de dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para sustentar todas estas discussões sobre capitalismo, classe, raça e gênero foi explorado obras com bases teóricas que discutem tais temáticas, assim como também feminismo e mulheres no mercado de trabalho, inclusive no contexto pandêmico, algumas delas são: Federici (2019), Costa (2020), Antunes (2019), Cem Flores (2020) e Davis (2016). Além dos trabalhos sobre racismo de Sampaio; Meneghetti (2020) e Oliveira (2018), foi considerado as obras de Boaventura Santos (2020) e Saffioti (2011) as quais muito contribuíram para a contextualização do patriarcado e seu papel para manutenção da desigualdade.

Tal enredo foi essencial, pois a partir das configurações encontradas na historicidade ficou notório que foi relegando as mulheres as atividades ditas femininas, os trabalhos domésticos sem remuneração, a retirada de seus direitos e a inculcação de ideologias misóginas, que se deu uma maior abertura para a acumulação primitiva e conseqüentemente para o surgimento do sistema capitalista. E em consonância, o feminino se tornou algo a ser explorado e não valorizado, inclusive seu trabalho.

A GRANDE PANDEMIA DO SÉCULO XXI: ORIGENS E IMPACTOS

No decorrer dos séculos as sociedades humanas já passaram por algumas pandemias decorrentes de doenças infecto contagiosas, umas com capacidade tão letal que dizimou comunidades inteiras, como é o caso da Peste Negra (1333 – 1351) no decorrer da idade média,



da cólera (1817 - 1824) e também da gripe espanhola (1918 - 1919), esta última causada pelo vírus influenza, considerado o maior alçoz da humanidade. Uma das mutações de tal vírus fez com que em 2009 surgisse a variante H1N1, causador da popularmente denominada “gripe suína”, que provocou a considerada última epidemia mundial, antes do surgimento do novo *coronavírus* (SARS-CoV-2), causador da Covid-19. Para se ter uma noção, enquanto a gripe A-H1N1 no Brasil entre 2009-2020, contabilizou pouco mais de 7 mil mortes (Folha de São Paulo, 2020), a Covid-19 infectou mais de 21.478.546 pessoas e levou a óbito 598.152, em um período de menos de dois anos (Ministério da Saúde, 2021).

Levando em consideração a alta taxa de contaminação e a letalidade da doença, “em um cenário com mais de 110 mil casos distribuídos em 114 países, a OMS decretou a pandemia no dia 11 de março de 2020” (CAVALCANTE et al, 2020, p. 2). A princípio através dos noticiários a população brasileira teve conhecimento sobre os primeiros países afetados, e em um curto prazo de tempo algo que parecia estar tão distante chegou a Europa e de forma ainda mais rápida ao continente americano. No Brasil, o primeiro caso foi notificado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, sendo a primeira morte registrada no estado do Rio de Janeiro no dia 17 de março de 2020, a vítima uma senhora negra, empregada doméstica. O Ministério da Saúde do Brasil no início da pandemia, por pressão da Organização Mundial da Saúde (OMS), na tentativa de estabilização do sistema de saúde e diminuição do número de casos (WERNECK, CARVALHO, 2020), implantou medidas de distanciamento social, já que o vírus tem uma alta taxa de transmissão

Porém, como bem é retratado pelos números alarmantes de contaminados e mortos no país, tais medidas foram deficitárias e fracassaram, até mesmo por não levarem em consideração o sucateamento e desmantelamento de anos do SUS (Sistema Único de Saúde), e as condições sanitárias, financeiras, de moradia da população brasileira, que é assolada pelas desigualdades e que por estes motivos deu sua cara para o genocídio que está acontecendo no país, feito pelos governantes usando como arma a doença, que mata com mais ferocidade pessoas pobres, pretas, faveladas, trabalhadores/as da linha de frente, estes últimos que em sua maioria são compostos por mulheres. Em consonância, Pimenta (2021, p. 160) afirma que considerando as diversas outras epidemias sanitárias já enfrentadas pela sociedade contemporânea – ebola, Zika, dentre outras - em seus planos de gerenciamento “não há menção ou análises sobre os impactos ligados ao gênero”, devido a tal fato as mulheres acabam sendo as mais violentadas das mais diversas maneiras, porém, os dados não se tornam visíveis, de



forma que vai se perpetuando de crise em crise as desigualdades sem que se atente para as camadas mais vulneráveis.

Sendo assim, “é preciso investir no desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das políticas relacionadas a gênero, assim como produzir dados desagregados por sexo, não apenas epidemiológicos, mas de efeitos econômicos e sociais” (PIMENTA, 2021, p. 160). É devido a tal extrema necessidade que procuramos aqui apresentar nossos dados e demonstrar que “o colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda” (SANTOS, 2020, s/p) aumentando sobremaneira a feminização da pobreza, já que o atual governo brasileiro claramente se mostra despreocupado e despreparado para lidar com as relações desiguais de gênero, mas em específico com as mulheres e o lócus onde elas se encontram e se assujeitam para garantir suas fontes de renda, locais estes que são historicamente demarcados, como será posteriormente demonstrado.

BREVE PERCURSO HISTÓRICO SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS DAS MULHERES E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Como muito bem exposto por Federici (2017), no início da Idade Média não existia uma clara divisão do trabalho feita a partir dos sexos biológicos (feminino/masculino), e, portanto, as mulheres exerciam sua força de trabalho em diferentes ramos, inclusive trabalhos braçais. Porém, mas especificadamente no período da Reforma Protestante com o avanço desta sociedade e suas contradições, o feminino cada vez mais foi sendo visto como uma ameaça, tanto aos dogmas religiosos, quanto para a manutenção do poder pelos homens, fatos que contribuíram para a eclosão do período conhecido como “Caça às Bruxas”. No tempo das inquisições, “[...] a busca, pela mulher, de outras formas de conhecimento causou todo ódio masculino. O que a fez ser castigada por sua atuação e condenada por seus atos, considerados ‘bruxaria’” (FREIRE et al, 2006, p. 53), fato este que condenou as mulheres a esfera privada/doméstica, e por serem vistas como seres inferiores, tinham como prioridade apenas servir ao clero e a seus maridos, sendo vítimas das mais diversas violências sem poder reclamar por direitos.

Em consonância, com o passar dos séculos e o advento da sociedade moderna as mulheres foram ainda mais ganhando conotações pejorativas, de forma que a partir da



Revolução Francesa com o aval da ciência atribuiu-se “às mulheres os aspectos humanos que faziam parte da natureza e lembravam sua animalidade, como a sexualidade, as especificidades do corpo, a diferença, enquanto que o homem figurava como um ser de racionalidade, unificado” (PREHN; HÜNING, 2005, p. 68). Com isto, o casamento, a maternidade, juntamente com as atividades “do lar” se tornaram a única “profissão” possível para as mulheres de classe mais abastada e branca, já que as mulheres pobres e em sua maioria negras neste mesmo período foram designadas para trabalharem nas minas e fábricas, obviamente em atividades desvalorizadas em contextos análogos a escravidão (DAVIS, 2016). Contudo, como explicita Federici (2017) com o surgimento das maquinarias e o início do processo de industrialização, acordos entre funcionários homens e empresas baseados em um discurso sexista e discriminatório, fizeram com que as mulheres fossem quase que totalmente excluídas dos ambientes fabris.

O Movimento Feminista surge então a partir do século XIX, para questionar o enclausuramento das mulheres no âmbito privado, com a esperança de dar não apenas emancipação as mulheres, mas principalmente liberdade, para serem vistas como sujeitos socializados, que merecem ser respeitadas e terem tratamento igualitário (DAVIS, 2016). O movimento também passa a questionar igualmente os diversos pressupostos científicos, por estes terem uma visão individualizante e biológica em relação as desigualdades sociais e de gênero. Na atualidade, é perceptível que as mulheres conseguiram alcançar a esfera pública em muitos setores, desde a aprovação do direito ao voto até sua massiva entrada nos setores trabalhistas, contudo, para adquirirem tais direitos tiveram e ainda tem que lutar constantemente, pois estes sempre estão sendo ameaçados pelo sistema fortemente patriarcal que ainda perdura.

O patriarcado é uma instância que com o passar das décadas foi se modificando e se reestruturando, no entanto, nunca perdeu sua essência que é a de estabelecer relações de hierarquia entre os gêneros. Saffioti (2011, págs. 57 e 58) caracteriza o patriarcado utilizando-se de 6 premissas fundamentais: “1º Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2º Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; 3º Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4º Tem uma base material; 5º Corporifica-se; 6º Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. Tendo em vista tais características, conseguimos perceber o porquê as mulheres apesar de serem maioria da população brasileira (52%), se enquadram como uma



categoria oprimida e vulnerável (CEM FLORES, 2020). O patriarcado extrapola a esfera privada e é internalizado culturalmente tanto por homens quanto por mulheres, o que facilita as desigualdades entre os gêneros e a exploração das mulheres pelo sistema capitalista.

É obvio, que apesar das mulheres terem conquistado espaços na vida privada e conseqüentemente no mercado de trabalho, estes ainda são muito limitados e restritivos justamente porque o pensamento patriarcal incorporado nos sujeitos, construíram além de ideologias de papéis sociais conforme ao sexo biológico, identidades de gênero sexistas que intercambiam e mutuamente influenciam instituições e sujeitos que perpetuam seus discursos naturalizantes (LOURO, 2003), principalmente sobre as mulheres. De maneira que as funções a elas delegadas até hoje, são de profissões ainda de cuidado - enfermagem, pedagogia, domésticas, etc. Outrossim, a violência, o preconceito, as desigualdades de tratamento e também salarial estão presentes diariamente na vida dessas mulheres, que são obrigadas a ter uma dupla jornada de trabalho e tendo ainda como “obrigação” serem boas e eficazes como funcionárias, mães e esposas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já explicitado anteriormnete as mulheres por muito tempo ficaram restritas ao lar, exercendo a função de “chefes da casa”, enquanto os homens considerados provedores do sustento, eram vistos como superiores as mulheres e, portanto, “chefes da família” (SARTI, 2007). Por ser histórico, essa divisão sexual das tarefas ligadas aos territórios ocupados por homens e mulheres, elas tiveram que travar lutas intermináveis contra um sistema opressor para adquirirem o direito de saírem para trabalhar também fora de casa. Tais embates foram ganhando força com o surgimento e crescimento dos movimentos feministas, tendo como objetivos primordiais a busca pela igualdade, liberdade e pela mudança do papel da mulher na sociedade . Vale ressaltar que como bem apontado por Davis (2016), o estereótipo de mulher como sendo exclusivamente “dona de casa”, é algo burguês e se espelha apenas nas vivências daquelas que tinham condições de permanecerem em suas casas, as negras por estarem sempre as sombras de séculos de escravidão sempre tiveram que vender sua força de trabalho.

Dessa forma, existe certo apagamento das lutas das mulheres negras, que se destoam daquelas vividas pelas brancas, quando se faz uma análise superficial e se generaliza as condições para todas as mulheres, sem realizar um estudo transversal. Devido a tal



generalização todas acabam envoltas “no mesmo pacote”, porém, na realidade são experiências completamente diferentes e desiguais, perpetuadas através do tempo. Essas discrepâncias se tornam perceptíveis em alguns dados gerais de nossa pesquisa. Segundo o estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021), além das mulheres estarem em situação mais desvantajosa que os homens nas taxas de participação, (54,5% versus 73,7%) , a situação de mulheres negras/pardas são piores que a de mulheres consideradas brancas (50% versus 62,6%), isto considerando um fator que faz com que a taxa de participação das mulheres decaia ainda mais, que é o fato de terem em suas residências a presença de crianças com até 3 anos de idade, ou seja, são em sua maioria mães.

Tal realidade contribui para o fato de que em tempos pandêmicos as mulheres, especialmente as negras, retornem ainda mais aos lares, já que por terem filhos o cuidado destes recaem sobre estas, que muitas vezes não chegam nem a adentrar o mercado formal de trabalho pelo fato de serem mães. As mulheres brancas, assim como os homens, neste cenário acabam sendo privilegiadas pelo fato de possuírem uma melhor rede de apoio, pois, além de poderem contar com alguma outra mulher da própria família que é “apenas dona de casa” (mãe, avó, tia, etc.) para zelar por seus filhos, algumas ainda dispõem de condições materiais para contratarem babás e empregadas domésticas que podem cuidar das crianças por elas, enquanto estão trabalhando fora ou em *home office*. Com isto, vale ressaltar que o emprego doméstico é considerado um dos mais precários e desvalorizados, além do que, grande parcela da PEA é composta por mulheres (5,7 milhões), sendo que 3,9 milhões se autodeclararam negras (IPEA, 2019).

Com a pandemia tal setor que já abarca atividades que são exaustivas, repetitivas e desumanizadoras (DAVIS, 2016), se tornaram ainda mais perigosos para a saúde física e mental das mulheres. Isto pois, apesar de não ser considerado um trabalho essencial, muitos patrões não abriram mão de suas funcionárias, e as colocaram em risco para o contágio com o vírus – em seu próprio ambiente de trabalho, nas conduções lotadas que utilizam no trajeto casa/trabalho, etc. Outrossim, a perda de direitos e do próprio emprego assolou imensamente esta categoria, entre o final de 2019 e início de 2020, o emprego doméstico decresceu de 6,3 milhões para 5,5 milhões (Instituto Doméstica Legal, 2020); e como grande parcela das domésticas ainda atuam na informalidade, apesar da PEC das domésticas estar em vigor deste 2015, tal quantitativo pode ser ainda maior já que representam 4,5 milhões dessa comunidade de trabalhadores/as (G1, 2020). No estado de Goiás, este setor foi o único que ficou estático, ou seja, não apresentou índices de demissões ou perda de vagas, tal dado parece contradizer a



realidade, mas a explicação é justamente o fato de que “cerca de 70% dessas trabalhadoras atuam na informalidade, sendo a falta de proteção social uma das marcas mais fortes que assolam essa categoria” (OLIVEIRA et al, 2020, p. 13).

Em consonância, não é de se espantar que nos serviços considerados informais, ou seja, aqueles onde as pessoas não tem carteira assinada ou atuam por conta própria, sem registro como MEI (Micro Empreendedor Individual), as mulheres brasileiras também representam 43,3% do quantitativo, do qual 46,6 % são de negra/parda e 33,3% branca, enquanto os homens têm média de 37,8% de participação, sendo 42,6% negro/pardo e 32% branco (PNAD, 2019). Os dados referentes à Goiás vão de encontro com a realidade brasileira, em novembro de 2020 o percentual de pessoas na informalidade no Brasil foi de 38,7%, considerando o total de ocupados/as, e o estado de Goiás superou a média do país e teve 39,1% em taxa de informalidade, pode-se supor que tendo em vista tais achados em territórios goianos as mulheres formam a grande parte da PEA que atuam na informalidade. Os dados revelam, portanto, como é desigual o mercado de trabalho tanto entre homens e mulheres, quanto entre mulheres brancas e negras. Esta marcação de diferença entre os gêneros e a raça, são reflexos das estruturas sociais e institucionais que se alicerçam no patriarcado e no racismo estrutural.

Para Saffioti (2011, p. 105) o regime do patriarcado “ ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida”, neste ponto, a autora enfatiza, portanto, a necessidade de os homens ocuparem as esferas de maior prestígio para assim não se desfazer a relação de dominador-dominado, que existe entre homens e mulheres e que reproduzem ideologias que subjagam as mulheres por suas condições biológicas, para que assim os homens continuem a ser superiores e os patriarcas das esferas públicas, inclusive do mercado de trabalho. Outrossim, da mesma forma ocorre com o racismo, os estigmas criados sobre os povos negros e também indígenas e a perpetuação das desigualdades, se ancoram no Brasil, tanto na premissa da falsa democracia racial quanto no branqueamento de sua população, evidenciando que o branco seria superior ao negro. Sendo assim, o racismo é estrutural pois, no sistema capitalista ele é um dos tripés de “uma relação social que põe frente a frente brancos e negros (ou não brancos), enquanto pertencentes a raças não apenas distintas, mas desiguais e hierarquizadas, consideradas, ideologicamente, como superior e inferior” (SAMPAIO; MENEGHETTI, 2020, p. 637), favorecendo assim sempre aqueles que se constituem como a normativa, ou seja, homens, brancos, cis e héteros.

Desta forma, não é de se espantar que ainda em pleno século XXI, o capitalismo ainda



se beneficie da exploração da mão de obra feminina, e principalmente das negras, pois as mulheres ainda ganham 20,5% a menos que os homens (IBGE, 2019), isto, mesmo exercendo funções similares. Durante o ano de 2020 no mercado de trabalho em Goiás, as mulheres receberam em média R\$ 1.812,00 enquanto os homens R\$ 2.468,00. O que nos faz acordar com Davis (2016, s/p), já que se torna notório que “o sexismo emergiu como uma fonte de sobre lucro exorbitante para os capitalistas”. Sendo assim, existe uma formação histórica que estrutura e perpetua este tipo de divisão trabalhista, individualista e explorador que consequentemente reflete na vida das mulheres, principalmente em tempos de crise. De acordo com a pesquisa Cem Flores (2020, p. 34),

Em relação ao mercado de trabalho, a pandemia e a crise tendem a agravar as desigualdades, a pobreza e a miséria [...] Seus efeitos afetam mais fortemente aqueles informais e com trabalho precário, que são a maioria dentre os/as trabalhadores/as brasileiros. Dentre esses, a participação de mulheres negras é 64% maior que no restante da força de trabalho.

Em consonância com tal informação, tendo em vista que, o retrato do desemprego no Brasil é composto por mulheres, negras, com baixa escolaridade (SILVEIRA; FONTANA, 2021), enfim, pobres, e que em territórios goianos no ano de 2021 o Estado teve índice recorte de taxa de desemprego contabilizando 12,4 % de desempregados, pode se supor a existência, portanto, de uma relação dialética e predisposta entre configurações de trabalho, gênero e raça. As mulheres na pandemia perderam em maior grau seus empregos, justamente por se preservarem a todo custo a mão de obra masculina e por estarem em cargos de menor valor e prestígio, ocupando vagas por exemplo, nos setores de serviços e comércio, onde 72,2% da PEA são do sexo feminino, espaços estes que foram fortemente impactados pela pandemia e que demitiu massivamente. Somente em Goiás o setor de serviços, que abarca atividades nos setores de alimentação e lazer, foi o mais prejudicado e teve demissões em massa, foram mais de 8.639 vagas fechadas. Destarte, outra categoria que sofreu com perda de direitos e demissões em massa, foi a das/dos professoras/es, local este onde do ensino infantil ao fundamental e médio, 46,8 % dos docentes são de mulheres. Vale aqui fazer um questionamento: porque nestes ambientes onde se sobressaltam o atendimento com o público e o educar de crianças, as mulheres são maioria?

A resposta é similar ao constatado até o momento por nossas discussões e reflexões, também sendo paralelo com a afirmação da pesquisa Sem Parar (2020), onde enfatiza a crise existente na função de cuidado. Nos setores acima referidos, o cuidar está totalmente presente,



seja na relação vendedora/atendente/cozinheira-cliente, professora-aluno, costureira-mercado externo, existe uma ênfase naquilo que foi designado as mulheres de acordo com a produção e suas identidades de gênero, que são produzidas através das relações sociais, atravessadas por diferentes discursos e práticas culturais, sendo estes baseados em premissas biológicas e naturalizadas, de forma que o cuidar, educar, tecer, cozinhar, dialogar, mesmo na esfera trabalhista é relacionado a atitudes consideradas inerentes às mulheres. É a prescrição dos papéis sociais referente exclusivamente ao gênero, que “é antes de tudo uma construção sociocultural” (Oyěwùmí, 2004, p. 2).

Destarte, outra categoria que se destaca pelas suas funções de cuidadoras e que deu seus rostos na luta contra a Covid-19, são as profissionais graduadas e técnicas em enfermagem, ao todo elas compõem 85% da PEA da profissão (HERNANDES; VIEIRA, 2020). Somente a equipe de enfermagem do estado de Goiás é composta 88,9% por mulheres. Não por acaso, a categoria dos profissionais de enfermagem foi a mais infectada pelo vírus, o que colabora para o fato de que no Brasil as mulheres foram as que mais se infectaram, apesar de terem índice de óbitos menor que a dos homens (G1,2020; UOL,2020; Correio Braziliense, 2021). Ou seja, se anteriormente ao contexto pandêmico os setores em que aqui se confirmaram ter em sua grande maioria a mão de obra feminina – comércio, serviços em geral e domésticos, sistema educacional e de saúde - já eram considerados exaustivos, precários, porém, sendo muitas vezes a única fonte de renda de diversas mulheres, com a pandemia eles demitiram grande parte de suas funcionárias e aquelas que permaneceram se sobrecarregaram e bateram de frente com um vírus letal, que matou com mais ferocidade as pessoas vulneráveis.

Evidencia-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero alocam as mulheres em locais desfavoráveis e em pé de desigualdade com seus parceiros homens. Ademais, reportagem publicada pela CNN (2021) nos revela um dado entristecedor, pois a população brasileira que se encontra abaixo da linha da pobreza triplicou, atingindo cerca de 27 milhões de brasileiros. Este fato, nos faz refletir ainda mais sobre a problematização do aumento absurdo de uma feminização da pobreza, devido a perda de empregos e de condição de vida dessas mulheres, as quais grande parte pode ser consideradas as únicas provedoras de renda em seus lares, evidenciando a falácia e a contradição imposta pelas estruturas e instituições sociais que afirmam a supremacia masculina como entidade provedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Tendo em conta que as relações de desigualdade construídas historicamente entre os gêneros se fortalecem durante períodos de crise - econômica, social, humanitária, sanitária, política – a pandemia mundial de Covid-19 tornou -se mais um fator desencadeante de crises múltiplas. Logo percebemos que a expansão do contágio pelo vírus e as consequentes mortes provocadas pelo adoecimento, não seria de forma igualitária entre a população brasileira, que é historicamente desigual. Portanto, o Brasil, país colonizado por europeus que ainda se mantém dominado por nações mais poderosas, sob a égide do capitalismo e da globalização, tendo em vista o dilaceramento realizado pelo vírus, de vidas, empregos e rendas, escancarou a vulnerabilidade e extermínio das populações pobres, pretas e também das mulheres. O governo brasileiro, mesmo em tempos sombrios não foi capaz de amparar seu povo que é historicamente desamparado por políticas públicas. Em concordância com as esferas dominantes e com os donos dos meios de produção, o governo continuou a converter os corpos da população em máquinas e, sendo assim percebidos pela classe dominada, como meros instrumentos de trabalho que são substituíveis, na pandemia não se fizeram de rogados ao desmantelarem ainda mais os mínimos direitos trabalhistas. Desamparados a população brasileira passou a ser assombrada pelo desemprego, pelo medo da morte – seja pela SARSCOV-2 ou pela fome.

Confirmar que as mulheres constantemente vêm sendo colocadas em papéis que as obrigam a ficar à margem da sociedade, é o mesmo que dizer que há anos o governo vem falhando em sua principal missão, a de manter a igualdade entre a população e garantir as condições adequadas para tal fim. Como bem aponta Holanda et al (2021) a doença evidencia a desigualdade social, racial, e de gênero a qual servem de ferramenta de manutenção da economia. “Busca-se compreender que a justiça, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "gentrificadas" — produzem-se, ou "engendram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.)” (LOURO, 2003, p. 25)

Em consonância, a não condição de materialidade de manutenção de suas vidas, por meio do emprego e não podendo seguir corretamente as medidas de distanciamento social também provocou inúmeros adoecimentos mentais e físicos. Ao obrigar estas milhares chefes de família a trabalhar por período integral, estreitando os limites da vida pública e privada dentro do ambiente doméstico. A sobrecarga foi inevitável, se outrora se trabalhava durante o dia, e a noite cuidava dos filhos e dos afazeres doméstico, agora com a pandemia passou a



exercer ambos ao mesmo tempo. Levando em conta que a realidade econômica do país é caótica, a educação recebe sua cota de dano, pois, algumas famílias pobres não tem base tecnológicas (equipamentos de informática) adequado ou acesso à internet para assistir as aulas remotas. O retrocesso na educação é grande por conta da má gestão política durante a crise da COVID-19.

Governantes buscam, a todo custo, priorizar a manutenção da economia em meio a uma crise humanitária, submetendo milhares de vidas, em especial a das mulheres, negras e de classe baixa. Vale ressaltar que é impossível discutir sobre gênero em um cenário político caótico e não falar sobre raça e classe social. Manter estas mulheres em posições desfavoráveis e de baixo valor operário é vantajoso para o sistema, pois é a situação adequada para sustentação da economia, está a qual se viu ameaçada pela COVID-19. As mulheres são a grande maioria no âmbito populacional, pois compõem boa parte da mão de obra barata e explorada do país.

Por fim apontamos que o fato de no Brasil as mulheres ocuparem os cargos trabalhistas mais precários e por consequência possuírem o salário inferior em comparação ao gênero masculino são evidências de uma governança patriarcal, racista e desigual. O *coronavírus* afetou primordialmente estes postos de trabalho ocupados pelas mulheres em especial as negras de classe baixa, sem apoio, sem políticas públicas adequadas, ficaram expostas a mortalidade, no entanto, se diferenciaram estatisticamente nas estatísticas de óbito no país durante este período obscuro. É de extrema responsabilidade assentar que tais resistências frente tanto escravagismo não significa que elas são mais fortes que o sexo oposto, mas que é uma questão de sobrevivência - não apenas por elas mesmo- mas também por todos aqueles que as mesmas são cuidadoras.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CAVALCANTE, João Roberto et al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020376, 2020.



COSTA, Carmem Lúcia. Feminismos, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 17, n. 32, p. 309 - 324, jul. 2021. ISSN 1679-768X.

COUTO, Camille. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em: 01 de out. de 2021.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESEMPREGO no país mantém recorte de 14,7 % e atinge 14,8 milhões, diz IBGE. **UOL**, São Paulo, 30 de jun. de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/06/30/desemprego-pnad-ibge.htm>. Acesso em: 27 de nov. de 2021.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE**, 2 ed., 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Compare a Covid-19 com outras epidemias que assolaram a humanidade. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/compare-a-covid-19-com-outras-epidemias-que-assolaram-a-humanidade.shtml>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

FREIRE, Mariza Sheffer; SOBRINHO, Vilma Pereira; CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. A figura feminina no contexto da Inquisição. **Educere et Educare Revista de Educação**, Cascavel, p. 53-58, vol. 1, n. 1, jan/jun. 2006.

HERNANDES, Elizabeth Sousa Cagliari; VIEIRA, Luciana. A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. **ANESP**, 2020, 16 de abril.

IBGE: informalidade atinge 41,6 % dos trabalhadores no país em 2019. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

IPEA. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444. Acesso em: 20 de abril de 2021.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO da saúde. **Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 8 de abril de 2021.



NETO, Vital. Dados mostram que Covid-19 já é a doença que mais matou no Brasil em 2021. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/19/dados-mostram-que-covid-19-ja-e-a-doenca-que-mais-matou-no-brasil-em-2021>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde. Gênero e Covid-19. **Organização Mundial da Saúde**, 2020.

OS efeitos da Covid-19 no trabalho doméstico. **Instituto doméstica legal**, 2020. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/os-efeitos-da-covid-19-no-trabalho-domestico/>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Primeiro trimestre de 2021. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>. Acesso em: 27 de out. de 2021.

PIMENTA, Denise Nacif et al. Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil. In: Gustavo Corrêa Matta, et al. (orgs). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

PREHN, Denise Rodrigues; HÜNING, Simone Maria. O movimento feminista e a psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 65-71, jul./set. 2005.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SARTI, C. Famílias enredadas. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3a. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP, 2007.

SAMPAIO, Simone Sobral; MENEGHETTI, Gustavo. Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a “pandemia do extermínio” no Brasil. **Rev. katálysis** 23 (03) • Sep-Dec 2020 • <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p635>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SEM PARAR. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Gn, Sof**, 2020. Disponível em: http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2021.

SILVEIRA, Daniel; FONTANA, Guilherme. Mulher, preta, baixa escolaridade: o retrato do desemprego no Brasil. **G1. GLOBO**, Rio de Janeiro e São Paulo, 11 de mar. de 2021. Disponível em: g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/11/mulher-preta-baixa-escolaridade-o-retrato-do-desemprego-no-brasil.ghtml. Acesso em: 27 de nov. de 2021.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00068820, 2020.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875